

## A Importância Geopolítica do Conselho de Segurança na Organização das Nações Unidas para o Brasil

*Wendell Teles Lima*<sup>1</sup>

*Nilson César Fraga*<sup>2</sup>

*Ana Maria Libório de Oliveira*<sup>3</sup>

*Iatiçara Oliveira da Silva*<sup>4</sup>

### Resumo

Este artigo é fruto do processo de reflexão acerca da posição brasileira na constituição de um protagonismo internacional no sistema-mundo. As aspirações brasileiras começam na formação das Ligas das Nações, que será o embrião para o surgimento da Organização das Nações Unidas (ONU). Esta última instituição ainda reflete a forma de organização mundial da Guerra Fria, mas com o fim desse período ocorre a emergência de novas potências de diferentes graus. A análise das ações brasileiras no cenário mundial e as problemáticas enfrentadas estão embasadas no Realismo.

**Palavras-chave:** ONU; Conselho de Segurança; Brasil.

### *The Geopolitical Importance of the Security Council at the United Nations to Brazil*

### Abstract

This article is reflection process fruit of a Brazilian position in the constitution of a protagonism international in the system-world. The Brazilian aspirations start in the Nations Leagues, formation that will be the embryo for the Organization appearance of the United Nations that still reflects the form of world organization of the Cold War, with the end of this period and the new powers emergency of different degrees. The proposed goals will be done of the analyses and deepening to the Brazilian actions in the world scenery and the faced problems, and the methodology is based on Realism.

**Keywords:** U.N.; Security Council; Brazil.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Geografia pela UFPR. Docente da Universidade Estadual do Amazonas – UEA.

<sup>2</sup> Doutor em Geografia. Professor do Programa de Pós- Graduação da Universidade Federal do Paraná – UFPR

<sup>3</sup> Mestre em Estudos Amazônicos. Professora do Instituto Federal do Paraná - IFPR.

<sup>4</sup> Doutoranda em Meio Ambiente. Professora da Universidade do Estado do Amazonas – UEA.

## **Introdução**

A estrutura e disposição das ideias deste artigo iniciam com um panorama das pretensões brasileiras no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), seguida por uma reflexão do objetivo brasileiro no sentido da obtenção de um maior protagonismo internacional, e tendo como pano de fundo a conjuntura mundial. No aprofundamento dessas questões, temos as ações concretas do país em direção às ações afirmativas a esse objetivo.

A metodologia é baseada nos pressupostos realistas, e operacionaliza-se através de pesquisa bibliográfica em geopolítica e relações internacionais.

## **O Brasil na ONU**

Recentemente, observa-se a retomada do objetivo permanente do Estado Brasileiro de um assento no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), sobretudo na gestão de Luís Inácio da Silva. A objetivação dessas pretensões culmina com o envio de tropas brasileiras ao Haiti, onde o Brasil lidera uma força de paz da ONU. Ao mesmo tempo, o país tem aumentado o número de embaixadas brasileiras no exterior, propondo um papel significativo na representação das pretensões do país no mundo.

O Brasil é um dos membros que defende a reformulação do Conselho de Segurança da ONU, assim como Alemanha, Japão e Índia, num formato e funcionamento mais condizente com a realidade da organização mundial contemporânea,

O Brasil, que foi um dos países que apoiou a criação do Grupo de Trabalho, é, atualmente, um dos principais articuladores do projeto de reforma. Em conjunto com Japão, Alemanha e Índia formaram o G4, grupo que defende um Conselho reformado, a fim de atender as demandas do mundo atual. Saliente-se que a pretensão brasileira a uma cadeira permanente remonta a 1945 ou, até mesmo, à época do seu predecessor, o Conselho da Liga das Nações. A meta do assento permanente, portanto, é tema antigo na política externa brasileira, que, desde a criação da ONU, já questionava a composição do órgão, argumentando que esta deveria ser mais representativa (BRIGIDO, 2011, p.87).

O Brasil desponta atualmente como a oitava economia do planeta, mas apesar do avanço recente no que diz respeito às questões sociais ainda persistem sérios problemas de ordem social e econômica a serem resolvidos, tais como a baixa escolaridade e profissionalização da mão de obra, deficiências infraestruturais que comprometem o escoamento da produção, etc. Esses problemas internos comprometem a projeção do interesse brasileiro no sentido de um maior protagonismo no cenário internacional, onde a diplomacia brasileira tenta compensar através de políticas de *soft power*:

Em meio a essa conjuntura, o Brasil fazendo uso de um capital político acumulado principalmente por meio de um histórico de resolução pacífica de conflitos, através de sua diplomacia, o ideário do desenvolvimento, o vigor de sua economia, e um legado de multilateralismo, a se projetar como um pleiteante a um ator destacado nas grandes decisões internacionais, que, grosso modo, pode se resumir a materialização desses anseios por meio da conquista de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, cuja candidatura o país já até apresentou. As últimas décadas tem testemunhado de maneira evidente, o crescimento de iniciativas diplomáticas brasileiras que demonstram um incremento em tal interesse de pró-atividade na arena decisória internacional. No entanto, os meios utilizados nessa investida brasileira se apresentam praticamente todos orientados na dinâmica de uma inserção internacional através de formas brandas de poder, o que demonstra certo paradoxo, haja vista a intenção ser a de se atingir as instâncias arbitrais de questões que envolvem diretamente a segurança do sistema, o que nesse caso demandaria também no mínimo a apresentação de credenciais coercitivas, caso tais ações tornem-se algum momento necessárias (ROCHA, 2012, p.70).

Alguns segmentos da sociedade não aceitam os esforços brasileiros em direção a uma cadeira permanente em virtude dos custos financeiros que adviriam. Para Vlach (2008), a contemporaneidade remete inclusive a uma perda de sentido nas ações de natureza geopolítica:

A Geopolítica clássica perdeu, pois, sua razão de ser. Porém, isso não significa que o território e a ideia de território tenham perdido a sua importância, nem que hajam desaparecido da cena política contemporânea. Pelo contrário, a ideia de território desempenha um papel cada vez mais importante na política interna de cada Estado-nação, hoje cada vez mais confrontado às questões atinentes aos

direitos de cidadania para todos, como as reivindicações das minorias étnicas, o desafio representado pelas enormes desigualdades sociais, pelos guetos, pelas questões regionais [6]; a ação política e econômica de grupos terroristas, do narcotráfico, de artefatos nucleares, em geral organizados sob a forma de redes ilegais/clandestinas; entre outros tantos confrontos que, claro, repercutem na arena internacional, cujos atores são os Estados-nação (VLACH, 2008, p.10).

A crítica interna também provém de setores da direita que defendem o neoliberalismo e um maior alinhamento com os Estados Unidos, para os quais caberia a esse último a hegemonia internacional. Sendo assim, projetos de cunho ideológico seriam desnecessários, caso dos esforços brasileiros em direção ao conselho permanente da ONU.

No quadro regional também existe certa oposição ante as pretensões brasileiras para uma vaga no Conselho Permanente, em razão de alguns países acreditarem estar próximos ao *status* brasileiros ou almejem este *status*. Entre os países opositores temos a Argentina, México e a Colômbia que não demonstram interesse, no primeiro momento, na busca de uma cadeira permanente, no entanto, parecem fazer objeções quanto à representação brasileira em função da ação potencializadora que poderia trazer à escala regional.

Para Lima (2010), o contexto brasileiro vivido norteia novas questões geopolíticas que resultam no protagonismo brasileiro no próprio continente,

Estos dos legados fueron reactivados en la actualidad, con algunas modificaciones que reflejan el cambio estructural en la inserción internacional del país, así como también la orientación proactiva de la política exterior. No obstante, los cambios estructurales de la economía política internacional, contribuyeron a crear una mayor heterogeneidad en el conjunto de los países en desarrollo y una mayor dificultad en conciliar las eventuales posiciones comunes entre los países medianos como Brasil y los de menor desarrollo relativo, en distintos escenarios globales. Por otra parte, la irradiación del poder hacia los países emergentes, generó nuevos y diferenciados nichos de participación para países como Brasil, en los ámbitos de la gobernanza global. Todos estos cambios señalan en la práctica, los límites de las dos orientaciones clásicas de la política exterior, las que tradicionalmente fueron siempre vistas como opuestas, y su resignificación en el mundo post-Guerra Fria (LIMA, 2010, p.89).

Colômbia e México defendem a rotatividade dos países na constituição do Conselho de Segurança, proposição que ganha força fora do continente, portanto, sendo uma iniciativa que pode interferir nas pretensões brasileiras na busca de um assento permanente.

A ONU e seu Conselho de Segurança tem origem ao final da Segunda Guerra Mundial, representando uma conjuntura internacional dominada por duas superpotências:

O Conselho, quando do advento das Nações Unidas, era composto por onze membros, sendo cinco permanentes (os Estados Unidos, o Reino Unido, a França, a China e a ex-União Soviética) e seis não-permanentes: dois países latino-americanos, um do Oriente Médio, um da Commonwealth, um da Europa Ocidental e um da Oriental. Em 1963, foi aprovada uma reforma na Carta, que incluiu mais cinco membros não permanentes. Tal reforma ocorreu em virtude da reivindicação dos novos Estados-membros da ONU, que eram cinquenta e um em 1945 e, em 1963, passou para cento e onze. Foi a única vez em que a composição do Conselho foi alterada. Os atuais dez membros não-permanentes seguem uma ideia de repartição geográfica, distribuídos do seguinte modo: cinco afro-asiáticos, dois da América Latina, um do leste Europeu, dois da Europa Ocidental e outros Estados. São eleitos pela Assembleia Geral considerando-se, principalmente, a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais e para os outros propósitos da Organização. Permanecem apenas por período de dois anos, sem direito à reeleição ao período imediato (BRIGIDO, 2011.p.89).

O Século XX marcou a ação brasileira em direção a uma busca permanente no Conselho de Segurança, particularmente, no período denominado de Pós-Guerra Fria, refletido numa ascensão de algumas nações que se seguiu ao fim do sistema dualista. O estabelecimento de uma nova ordem mundial dependerá da ação dos Estados que detêm uma hegemonia regional como Rússia e China em direção à constituição de zonas de poder, ao mesmo tempo em que os organismos internacionais deverão ser reformulados e incorporar novos objetivos estabelecidos por esses novos atores.

## Reflexão para as Estratégias Brasileiras de Atuação em Direção ao Conselho Permanente

As pretensões brasileiras de um assento permanente tem como estratégia o capital político-diplomático acumulado (Figura 1), respaldado na noção de resolução pacífica dos conflitos que lhe credenciaria um papel mais destacado, de interlocutor em crises internacionais. Entretanto, as ações do governo brasileiro desde o governo Lula não se restringem a essa linha de atuação, uma vez que a presença em missões de paz da ONU faz parte dessa estratégia. A implantação de novas embaixadas também faz parte desse caminho (Figura 1).

**Figura 1:** Unidades Diplomáticas do Brasil no Exterior



**Fonte:** O Tempo.com.br (2010).

Apontamos ainda como estratégias a importância da atuação brasileira nos organismos regionais, como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e os BRICS, grupo constituído por Brasil, Rússia, China e África do Sul, que poderiam somar ao capital (geo)político e diplomático do país.

Júnior (2012) fala em novas geometrias globais para comportar os países protagonistas da nova conjuntura mundial:

Concomitante à existência de um desgaste na hegemonia americana, o processo de ascensão de novos pólos de poder ocorre devido à consolidação de países que não podem mais ser classificados de acordo com o antigo arranjo da Guerra Fria. Na avaliação de estudiosos de diversas correntes e origens como Ikenberry e Wright (2008), Arrighi (2008), Zakaria (2008), Khanna (2008), Narlikar (2007), Hurrell (2006), Vizentini (2006), Buzan (2004), os pólos emergentes nessa nova ordem internacional tendem a construir equilíbrios de poder de geometria variável, estabelecendo uma nova correlação de forças, refletindo reformas no sistema internacional, sobretudo em regimes e organizações multilaterais. Portanto é possível identificar, como faz Pecequillo (2008) à ascensão de “ensaios de coalizão anti-hegemônica”. Além do declínio econômico proporcionado pelo aumento do número de competidores, da perda da credibilidade associada à aplicação de uma doutrina preventiva e unilateral, e do não funcionamento regular das instituições criadas no pós-1945, pode-se observar a emergência de alianças que pretendem contrabalancear o poder hegemônico dos Estados Unidos (JÚNIOR, 2012, p.23).

As pretensões brasileiras passam também pela reestruturação da Organização das Nações Unidas (ONU) no sentido da reinvenção de seu próprio papel diante das demandas globais e de novos financiamentos, e ao mesmo tempo, a necessidade da diminuição de influência norte-americana, sobretudo em relação às questões mundiais que o Brasil tem interesse.

Os problemas relacionados à reestruturação das Organizações das Nações Unidas estão ligados à manutenção do *status quo* dos países permanentes, que têm como poder o veto nas ações do organismo. Krasner (apud Santos, 2011) aponta que o sistema internacional é anárquico e, ao mesmo tempo, é regulado por um conjunto de interesses egoísta dos Estados hegemônicos, portanto, não existindo interesse de mudar a ordem vigente do sistema mundial:

Krasner sugere que alguns dos principais objetivos dos estados do terceiro-mundo são o de alcançar maior crescimento econômico, a busca por maior igualdade política internacional, a tentativa de obter maior influência na tomada de decisão internacional, a constante

procura pela autonomia e independência, a preservação da integridade territorial de invasões externas ou fragmentação interna, a disseminação de novas visões de mundo no nível global, e a manutenção da estabilidade do regime doméstico (ibid, p.13). A emergência do conflito estrutural ocorre a partir do momento em que os estados do terceiro-mundo desafiam os interesses dos estados desenvolvidos (ibid, p.3). A partir deste conflito, é possível compreender como relações de poder se desenvolvem no sistema internacional e como, a partir desta perspectiva, os estados adotam determinadas estratégias políticas tanto no plano doméstico quanto internacional (SANTOS, 2011, p.4).

Santos (2011) demonstra as posições distintas em torno das mudanças na estrutura da ONU:

Entretanto, apesar do grande esforço diplomático liderado pelos estados do G-4, grandes barreiras políticas foram impostas as pretensões destes estados (ibid, 2011). Estas dificuldades dizem respeito à resistência de alguns membros permanentes no que tange a antigas rivalidades históricas – como é o exemplo da China em relação ao Japão, França em relação à Alemanha, Reino Unido em relação à Índia (ibid, 2011). No caso brasileiro, assim como foi em outras oportunidades do passado<sup>5</sup>, a falta de uma coesão latino-americana em torno de suas aspirações, impede que o país ganhe maior poder de barganha no processo negociador de reforma do Conselho (ibid, 2011). Há que se destacar também que os Estados Unidos já manifestaram claramente que não apoiaram o ingresso brasileiro no Conselho de Segurança (ibid, 2011). Outro importante aspecto que impediu que a resolução elaborada pelo G-4 não fosse discutida com mais afinco pelos estados membros permanente do Conselho foi “a reivindicação africana do exercício imediato do direito de veto por parte de novos membros permanentes – o que não conta com amplo apoio entre os membros da ONU” (SANTOS, 2011, p 14).

A entrada do Brasil no Conselho de Segurança também é vista pelos americanos como uma diminuição do poder dos Estados Unidos no continente sul-americano e um questionamento de sua hegemonia global em função da afirmação de uma Nova Ordem Mundial representada pela emergência de novas potências:

Além do notável aumento do prestígio do país em meio às lideranças globais, fazer parte do Conselho concederia ao Brasil um endosso à sua liderança na América Latina, o que aumentaria mais ainda sua influência político-econômica na região – principalmente entre os países do Mercosul e da UNASUL. Ainda, a entrada do Brasil como membro permanente seria, em alguma medida, interessante aos Estados Unidos, uma vez que sua imagem estaria “desgastada” na América Latina, já que a ALBA – Alianza Bolivariana para as Américas e várias organizações da sociedade civil em toda a América Latina criticam explicitamente sua política externa. De fato, após a política antiterrorista adotada por Bush, a imagem da política externa norte-americana se fragilizou diante dos demais países – muitos deles criticaram e criticam a maneira como sua política foi conduzida. Assim, ter um dos países da América do Sul como “colega” de trabalho facilitaria sua aproximação aos países que o Brasil representaria (ROSA; LINHARES, 2009, p.92).

Na luta pela manutenção da influência americana no subcontinente podemos inserir a presença de militares norte-americanos na Colômbia, que conta com forte desconfiança da Venezuela, que inclusive tem desenvolvido ações com a Rússia para tentar neutralizar essa presença próxima de suas fronteiras:

O principal interesse de Washington, *inter alia*, nos Estados andinos são as fontes de energia que lá existem, e garantir os suprimentos de petróleo oriundos do Equador e da Colômbia, que é atualmente o terceiro maior exportador de petróleo para os Estados Unidos, entre os países da América Latina, abaixo apenas da Venezuela e do México. Cerca de onze das dezoito empresas, que extraem petróleo na Colômbia, são norte-americanas, cujos investimentos financiam a exploração de um terço do seu território, inclusive degradando o meio-ambiente. Novos investimentos são necessários para manter e aumentar as exportações de petróleo. E a descoberta de novas reservas torna-se essencial para as exportações, o que implica a pesquisa e lavra do petróleo em outro terço do país, controlado ainda pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e pelo Exército de Libertação Nacional (ELN). Não foi por outra razão que o presidente Bill Clinton, em 2000, lançou o Plano Colômbia, prevendo investimentos de cerca de US\$ 6 bilhões, dos quais os Estados Unidos participariam com US\$ 1,3 bilhão para a compra de helicópteros e outros armamentos (BANDEIRA, 2008, p.10).

A manutenção de países livres de regimes de esquerda, ou seja, não enquadrados nos preceitos neoliberais, somado à neutralização das pretensões hegemônicas brasileiras no subcontinente explicam a maior presença norte-americana no Noroeste da América do Sul (Figura 2).

**Figura 2:** Mapa das Bases Norte-Americanas na América do Sul



**Fonte:** Costa (2009).

Por outro lado, as contramedidas dos países da região às ações dos Estados Unidos no subcontinente, se devidamente exploradas pela diplomacia brasileira, podem auxiliar na realização das pretensões brasileiras de um assento permanente no Conselho de Segurança.

### As ações brasileiras

O Brasil tem, sem dúvida, como alavancada o seu projeto de liderança internacional que visa uma cadeira permanente no conselho da ONU. Esse objetivo já é antigo, mas foi

retomado a partir do governo de Luís Inácio da Silva, alicerçado pela intensificação do processo de integração da América do Sul, retomada das relações Sul – Sul e presença em forças de paz da ONU (Figura 3).

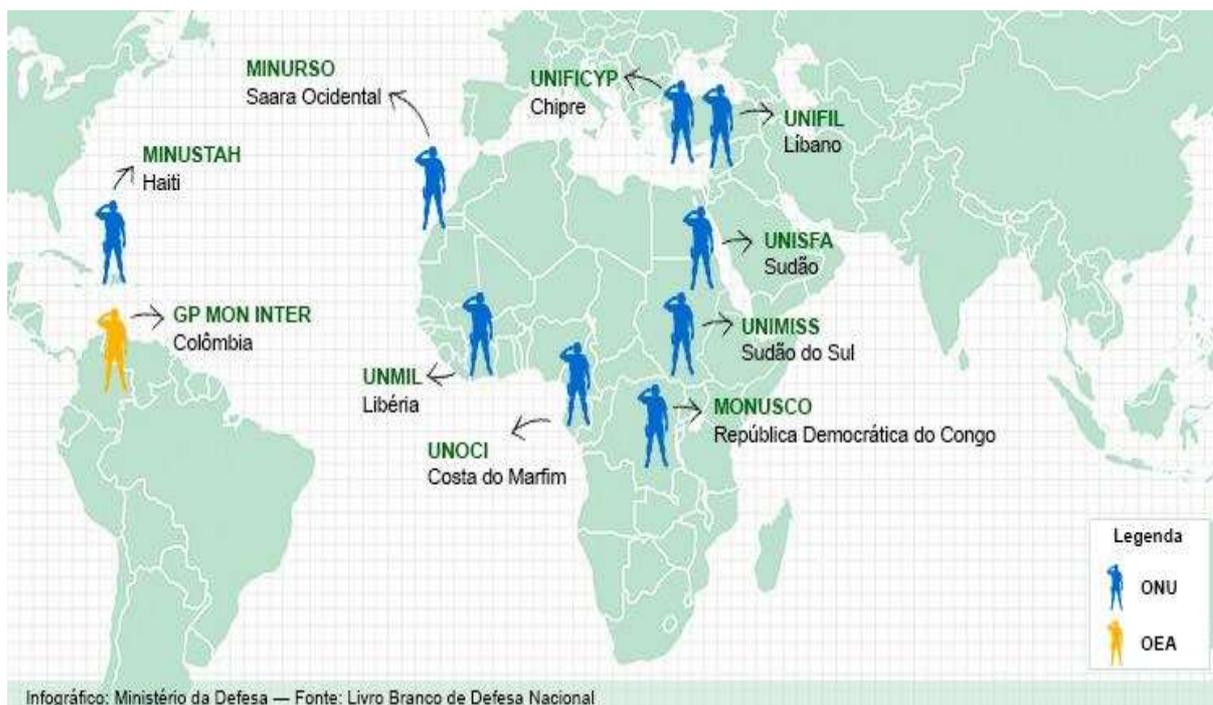
Embora menos enfatizado por sua sucessora, esse objetivo continua presente na forma de aquisição de tecnologia militar, visando fortalecer o *hard power* nacional num momento em que o país aposta alto na exploração de petróleo e gás no Atlântico Sul.

Na busca de ampliar seu espaço diplomático e econômico, o Brasil tem apostado na presença em fóruns e discussões internacionais, mas também lançado ações concretas no sentido de parcerias estratégicas no âmbito de uma perspectiva meridionalista, bem como no estreitamento das relações com os países que disputam a hegemonia global com os Estados Unidos que fazem parte dos BRICS, sobretudo Rússia e China:

No plano político, é evidente o projeto de reforçar a capacidade de “intervenção” do Brasil no mundo, a assunção declarada do desejo de ocupar uma cadeira permanente num Conselho de Segurança reformado e a oposição ao unilateralismo ou unipolaridade, com a defesa ativa do multilateralismo e de um maior equilíbrio nas relações internacionais. No plano econômico, trata-se de buscar maior cooperação e integração com países similares (outras potências médias) e vizinhos regionais (ALMEIDA, 2004, p.166).

Para pleitear uma cadeira permanente o Brasil tem ainda incrementado seu papel na assistência humanitária e na cooperação e desenvolvimento com países pobres (caso dos acordos de cooperação técnica internacional promovidos pela Embrapa), bem como estendido a carteira de investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para países latino-americanos e africanos.

Outros elementos dessa estratégia brasileira de inserção internacional no sentido de uma maior proeminência envolveram ações mais pontuais, como a eleição do presidente da Organização Mundial do Comércio (OMC), ou mais estruturais, como a ampliação dos recursos investidos no Fundo Monetário Internacional (FMI) e a criação de um Banco dos BRICS.

**Figura 3:** Atuação Brasileira no Mundo

**Fonte:** Ministério das Forças Armadas.

Como dissemos, o poder de persuasão está diretamente ligada às pretensões brasileiras, sendo assim, temos como resultado a retomada do envio de tropas ao exterior e a participação mais ativa das forças armadas e da indústria nacional nos projetos de modernização militar como o submarino nuclear (parceria com a França) e o caça de combate de 5ª. Geração (parceria com a Suécia). Sem dúvida, a capacidade persuasiva é requisito fundamental para pleitear uma cadeira no Conselho de Segurança.

A pretensão brasileira em direção a uma vaga permanente no Conselho de Segurança requer uma discussão em torno do projeto de Estado, ou seja, quanto ao grau de prioridade que deve ser dado à constituição de uma potência mundial:

Para o Brasil, será necessário reavaliar cuidadosamente as vantagens de ser membro permanente do Conselho e as desvantagens. O fato de ter de tomar partido em todas as questões mundiais, ou covardemente se abster, pode criar óbices desnecessários para o País; além disso, é inegável que para um país que adotou, acertadamente, como principal política a integração da América do Sul – e, embora a mais longo prazo, a da América Latina –, a disputa pela vaga regional com a Argentina e o México pode

trazer prejuízos bem maiores que as eventuais vantagens. Entretanto, no momento em que se discute a reorganização do Conselho, por iniciativa do Secretário-Geral da Organização, a ausência do Brasil nessa discussão seria inaceitável e, sem dúvida, pleitear uma vaga permanente no Conselho é, na prática, inevitável, apesar dos riscos apontados (VIDIGAL, 2004, p.31).

## Conclusão

A reivindicação brasileira de um assento no Conselho Permanente da Organização das Nações Unidas segue ao surgimento da Liga das Nações, ainda no pós-Primeira Guerra Mundial. O Brasil foi um dos protagonistas na construção da ONU como sucedânea da Liga das Nações, no entanto, teve sua reivindicação preterida diante da correlação de forças existentes no sistema dualista de poder que se consolidava.

Ações diplomáticas nesse sentido ocorreram também durante o regime militar, mas foram retomadas somente no governo de Luís Inácio da Silva, com novos envios significativos de tropas pacificadoras ao exterior, a arquitetura de novos organismos internacionais do tipo UNASUL e BRICS, e o aumento de representações de embaixadas no exterior.

Os obstáculos às pretensões brasileiras estão diretamente relacionados à própria estruturação mundial vigente, onde os países que conquistaram assentos permanentes no Conselho de Segurança detêm o poder decisório sobre os principais eventos internacionais. Para superar esses obstáculos, um maior protagonismo brasileiro nos assuntos internacionais é necessário, envolvendo tanto o terreno da diplomacia quanto o terreno do poder duro representado pelas forças armadas e uma estratégia nacional orientada por uma visão geopolítica própria.

## Referências

ALMEIA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, n.47, 162-184, 2004.

BANDEIRA, Luiz Alberto. A importância geopolítica da América do Sul na estratégia dos Estados Unidos. **Revista Espaço Acadêmico**, n.89, Out. 2008.

BRIGIDO, Eveline Vieira. O Brasil e a Reforma do Conselho de Segurança da ONU. **Século XXI**, n.2 – p.89, 104, Jul-Dez. 2011.

COSTA. Wanderley Messias da. O Brasil e a América do Sul: Cenários Geopolíticos e os Desafios da Integração. **CONFINS, Revista Franco – Brasileira**, n. 7, p. 1 - 23, 2009.

JUNIOR. Hermes Moreira. Os BRICS e a recomposição da Ordem Global: Estratégias de Inserção Internacional das Potências Emergentes. **Revista Conjuntura Austral**, n. 9-10-p. 71. 89.Mar. 2012.

LIMA, Maria Regina Soares de. Tradición e innovación em la política exterior brasileña. In: SORJ, Bernado; FAUSTO, Sergio (Orgs). **América Latina: Transformaciones Geopolíticas y Democracia. Buenos Aires: Siglo XXI** Editora Ibero Americana S. A, 2010. p.75. 115.

PAIVA. Eliane Mirando. Cronologia da Política Externa do Governo Lula (2003 – 2006). **Brasil. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático**, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

POLÍTICA. Disponível em <<http://www.otempo.com.br/capa/pol%C3%ADtica/de-olho-em-vaga-na-onu-lula-abre-embaixada-at%C3%A9-em-ilha-1.368544>> Acessado 07 fevereiro 2015.

ROCHA. Tiago dos Reis. O Pleito Brasileiro pela Conquista de Um Assento Permanente no Conselho de Segurança da ONU: Uma Crítica a Estratégica Soft Power da política Externa. **Relações Internacionais do Mundo Atual**, n.16. p. 67-83, 2012.

ROSA, Renata de Melo, LINHARES, Ana Carolina Gomes Lira. A aspiração do Brasil ao assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas: um breve panorama. **Univ. Relação Internacional**, n.2, p.89 - 99. Jul/Dez. 2009.

SANTOS, Ricardo Oliveira dos. O Impasse Brasileiro a um Assento Permanente no Conselho de Segurança: Algumas Breves Reflexões Contemporâneas. In. **I SIMPOSIO do programa de pós-graduação em relações internacionais da UERJ**, 2011, Rio de Janeiro. Anais. RO de Janeiro: UERJ, 2011. p. 1-21.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. Pensamento Brasileiro sobre Defesa Segurança. In. PINTO, J.R. de Almeida; ROCHA, A. J. Ramalho da; SILVA, R. Doring Pinho da (Orgs.). **O Brasil Diante dos Desafios Internacionais em Segurança e Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, Secretária de Estudos e de Cooperação, 2004, p.13-36.

VLACH. Vânia. O Estado-Nação Moderno na Contemporaneidade: Uma Outra Geopolítica. **Scripta Nova**, n. 32. p.1-30, Ago. 2008.

**Recebido em Abril de 2015.**

**Publicado em Julho de 2015.**